

LÍNGUA PORTUGUESA

1. “A análise jurídica deve ser redigida com rigor técnico e, por isso, terá linguagem formal e termos próprios da ciência jurídica. Em paralelo, o parecer será lido e precisará ser entendido por pessoas que não têm formação jurídica. A redação em linguagem simples é uma ferramenta para que os agentes públicos sem formação jurídica e os cidadãos possam compreender a informação presente em uma análise jurídica e utilizar este conhecimento.” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar:

- (a) a análise jurídica pode ser redigida em linguagem informal, desde que mantenha o rigor técnico.
- (b) o parecer jurídico se destina somente às pessoas com formação jurídica.
- (c) o rigor técnico é incompatível com a linguagem simples.
- (d) A linguagem simples possibilita que pessoas sem formação jurídica compreendam os pareceres jurídicos.

2. “A escolha das palavras é essencial para um texto em linguagem simples. Siglas, jargões e termos técnicos devem ser evitados pois são termos que estão restritos a um determinado público. Exemplo: trocar “LINDB” por “Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro”; trocar “causídico” por “advogado”. Menos é mais: escolher o menor número de palavras possíveis; entre duas palavras, escolher a mais precisa e, se possível, a mais simples e a menor. Usar a voz ativa e frases curtas que expressam uma única ideia. Exemplo: ao invés de escrever “cópias reprográficas foram solicitadas pelo patrono do acusado, o que foi de ferido pela administração”, redija “O advogado do acusado solicitou cópias do processo. A administração entregou os documentos” (MANUAL DE CONSULTORIA JURÍDICA DA PGE) Sobre o texto acima, é correto afirmar que:

- (a) A escolha de palavras é importante para que um texto possa ser mais bem compreendido.
- (b) É necessário sempre usar o maior número de palavras para facilitar o entendimento do leitor.
- (c) A voz passiva é mais adequada à redação jurídica.
- (d) O uso de siglas e jargões reduz o texto e aumento a sua simplicidade para o leitor.

3. Ainda sobre o texto acima, assinale a frase que é mais aderente às suas ideias:

- (a) O diploma legislativo que regula o direito adjetivo pátrio é o CPC/2015.
- (b) O Código de Processo Civil de 2015 é a lei que trata do direito processual civil.
- (c) A lei adjetiva do direito nacional é o CPC de 2015.

(d) A legislação processual brasileira está no compêndio de 2015.

4. Leia o texto a seguir:

Nos últimos anos, o debate sobre sustentabilidade ganhou espaço em diferentes setores da sociedade. Empresas passaram a divulgar campanhas ambientais, governos anunciaram metas de redução de impactos climáticos e parte da população começou a demonstrar maior preocupação com o consumo consciente. Entretanto, apesar desse discurso amplamente difundido, muitos hábitos cotidianos continuam contribuindo para o desperdício de recursos naturais e para o aumento da poluição ambiental. Em diversas situações, percebe-se que a defesa da preservação ambiental permanece restrita ao discurso, sem que haja mudanças significativas nas práticas individuais e coletivas.

A crítica presente no texto refere-se:

- (a) à ausência de políticas públicas ambientais.
- (b) à incoerência entre discurso e prática.
- (c) à redução do consumo sustentável.
- (d) à falta de acesso à informação ambiental.

5. Leia o texto a seguir:

“Nos últimos anos, a facilidade de acesso às redes sociais modificou profundamente a forma como as pessoas se informam. Entretanto, a velocidade na circulação das notícias nem sempre é acompanhada da verificação da veracidade das informações, o que contribui para a disseminação de conteúdos enganosos.”

A principal crítica presente no texto refere-se:

- (a) ao excesso de usuários nas redes sociais.
- (b) à falta de acesso à informação nos meios digitais.
- (c) à divulgação acelerada de informações sem verificação adequada.
- (d) ao abandono dos meios tradicionais de comunicação.

6. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas segundo a norma-padrão:

- (a) juízes, caráter, hífen, ideia.
- (b) juizes, carater, hífen, idéia.
- (c) juízes, caráter, hífen, idéia.
- (d) juizes, caráter, hífen, ideia.

7. Assinale a alternativa em que a concordância está correta:

- (a) Fazem três anos que o projeto foi implementado.
- (b) Seguem anexo os documentos solicitados pela comissão.
- (c) Havia muitos candidatos aptos para a segunda fase.

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

(d) Mais de um servidor apresentaram recurso administrativo.

8. "O diretor informou aos servidores o resultado da auditoria." O termo "aos servidores" é:

- (a) objeto direto.
- (b) objeto indireto.
- (c) complemento nominal.
- (d) adjunto adverbial.

9. Assinale a alternativa correta:

- (a) O servidor, apresentou os documentos ontem.
- (b) Quando terminou a audiência, os advogados saíram rapidamente.
- (c) O juiz afirmou que, analisaria o recurso.
- (d) Os candidatos aprovados, compareceram ao setor.

10. Assinale a alternativa correta:

- (a) O Procurador responsável pelo caso informou que haveria recurso.
- (b) O Procurador responsável pelo caso, informou que haveria recurso.
- (c) O Procurador responsável, pelo caso informou que haveria recurso.
- (d) O Procurador responsável pelo caso informou, que haveria recurso.

DIREITO

11. Sobre produção de provas no processo civil, analise as assertivas abaixo:
I. A utilização de prova produzida em outro processo é admitida no processo civil, desde que observado o contraditório.

II. O magistrado pode redistribuir o ônus da prova de maneira diferente da regra geral prevista em lei, desde que apresente fundamentação adequada e assegure à parte a possibilidade de cumprir o encargo probatório.

III. As partes podem ajustar, por acordo, regra diversa acerca da distribuição do ônus da prova, observados os limites legais.

IV. Independe de demonstração probatória o fato público e notório, o admitido expressamente pela parte adversa, o incontroverso e aquele amparado por presunção legal.

V. O juiz somente poderá determinar a produção de provas mediante provocação das partes, sendo-lhe vedada iniciativa própria.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (a) II, III e IV.
- (b) I, II e III.
- (c) I, II, III e IV.

(d) I, III e V.

12. João ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em face de uma companhia aérea perante o juízo da Comarca de Belém/PA. Após regular instrução processual, o pedido foi julgado improcedente.

Inconformado, João interpôs apelação ao Tribunal de Justiça. O relator, entretanto, negou seguimento monocraticamente ao recurso, fundamentando que a sentença estava em conformidade com entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

(a) A decisão monocrática do relator viola o princípio da colegialidade, sendo obrigatória a apreciação da apelação pelo órgão colegiado.

(b) O relator somente poderia negar seguimento ao recurso após prévia manifestação do Ministério Público.

(c) É admissível que o relator decida monocraticamente recurso quando houver entendimento dominante ou súmula do STJ sobre a matéria.

(d) A negativa monocrática de seguimento à apelação impede a interposição de qualquer recurso interno perante o tribunal.

13. Em uma ação de cobrança, o autor formula pedido contrário a entendimento consolidado em súmula do Superior Tribunal de Justiça, sendo desnecessária a produção de novas provas para o julgamento da demanda. Nesse caso, conforme o Código de Processo Civil, o magistrado:

(a) poderá julgar improcedente o pedido de forma liminar, independentemente da citação do réu na ação.

(b) poderá extinguir o processo sem resolução do mérito, permitindo o ajuizamento de nova

(c) deverá determinar primeiro a citação da parte ré antes de proferir decisão de improcedência.

(d) deverá indeferir a petição inicial, produzindo apenas coisa julgada formal.

14. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

(a) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não possuem responsabilidade civil pelos danos que seus agentes causarem a terceiros;

(b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

PROCESSO SELETIVO PARA FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ 2026

(c) A Constituição Federal não assegura o direito de regresso da Administração contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

(d) A Constituição Federal não prevê a responsabilização civil das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos.

15. Em relação aos cargos públicos e ao ingresso no serviço público, marque a alternativa INCORRETA:

(a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

(b) A Lei Estadual nº 5.810/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará) prevê duas formas de nomeação: em caráter efetivo e em comissão;

(c) O Edital do concurso disciplinará os requisitos para a inscrição, o processo de realização, os critérios de classificação, o número de vagas, os recursos e a homologação.

(d) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 5 (cinco) anos.

16. Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos do Estado do Pará, marque a alternativa CORRETA:

(a) Um dos requisitos para a posse em cargo público é ter completado 21 (vinte e um) anos;

(b) A Lei Estadual nº 5.810/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará) não prevê a concessão, aos servidores, de licença para tratamento de saúde;

(c) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício;

(d) Na aplicação de penalidades disciplinares, é admitida a utilização de provas obtidas por meios ilícitos.

17. Acerca dos princípios da Administração Pública e da Administração Pública Direta e Indireta, marque a alternativa INCORRETA:

(a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a administração pública indireta;

(b) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

(c) De acordo com o princípio da publicidade, os atos administrativos não devem ser amplamente divulgados, sendo regra o sigilo na Administração Pública;

(d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

18. Sobre a disciplina constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

(a) Os atos de improbidade administrativa importarão, dentre outras consequências, suspensão dos direitos políticos, na forma e gradação previstas em lei.

(b) A administração pública indireta não se submete ao princípio da publicidade.

(c) A vedação ao nepotismo depende de previsão legal específica de cada ente federativo.

(d) A remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

19. Acerca da repartição constitucional de competências, assinale a alternativa correta:

(a) Compete privativamente aos Municípios legislar sobre direito tributário.

(b) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito urbanístico.

(c) Compete privativamente à União legislar sobre proteção ao meio ambiente.

(d) Compete aos Estados legislar privativamente sobre normas gerais de licitação e contratação administrativa.

20. Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

(a) É vedada, em qualquer hipótese, a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo público.

(b) O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão submete-se obrigatoriamente ao regime próprio de previdência social.

(c) A estabilidade é adquirida automaticamente após a aprovação em estágio probatório de dois anos.

(d) A Constituição Federal admite acumulação remunerada de dois cargos privativos de profissionais de saúde, desde que haja compatibilidade de horários.